



## ATA DE REUNIÃO

### 1. Informações Gerais

Data: 20/05/2016      Horário: 09:00 h      Local: ESMAM

### 2. Participantes

- Lista de presença com assinatura dos presentes digitalizada anexa.

### 3. Objetivo da Reunião

- Apresentar o status das metas e objetivos do 1º quadrimestre do planejamento estratégico do TJ MA.

### 4. Pauta

- Planejamento estratégico 2016-2020

### 5. Decisões

Objetivo Estratégico 1	Ampliar o acesso à Justiça Estadual	Responsável
META 1	Realizar 20 ações visando a ampliação do acesso à justiça	CGJ
Resultado	✓ Sem informação	
<b>AÇÃO CORRETIVA</b>		
<b>Orientar a CGJ na construção dos planos de ação</b>		

Objetivo Estratégico 2	Fomentar ações institucionais que promovam a responsabilidade socioambiental.	Responsável
META 2	Implementar em 100% o Plano de Logística Sustentável - PLS	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário
Resultado	✓ Plano de Logística Sustentável elaborado; Semana do Meio Ambiente programada	

Denyse Reis fez a sugestão para a adoção da impressão frente e verso, a partir de então Paulo Dominice, membro da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário levantou que as ações deste plano passam por educação e sensibilização dos servidores, sendo ressaltado que não se tem conhecimento de como fazer o procedimento da impressão frente e verso, sendo uma das ações do plano. Acrescentou ainda a integração da CGJ e do 2º Grau na execução do plano. Dr Julio Prazeres ressaltou que há também o alinhamento com TRT e TRE, no âmbito local para troca de experiência. Gustavo Adriano Campos acrescentou a importância da capacitação dos servidores que atuam na área de aquisição/compras (Licitação), sendo informado que tais ações constam no plano. Dra Sônia Amaral perguntou sobre a Resolução de Economicidade e Dr Julio Prazeres informou da aprovação na última sessão do Pleno. Dr Gladiston Cutrim levantou o desconhecimento do Plano de uma maneira geral e sugeriu a realização de campanha pra divulgação, Dr Julio Prazeres informou que tais ações estão presentes no plano.

Objetivo Estratégico 3	Priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade administrativa.	Responsável
META 3	Identificar e julgar anualmente, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até o terceiro ano anterior.	CGJ
Resultado	✓ Sem informação	

<b>AÇÃO CORRETIVA</b>		
<b>Orientar a CGJ na construção dos planos de ação</b>		
Dr Alexandre Abreu levantou a dificuldade de gerar planilhas em excel dos dados judiciais, sendo necessária as solicitações para a área de Informática. Paulo Rocha comentou que a geração de dados a partir da consulta e posterior conversão para o excel pode ser atendida, desde que o sistema seja parametrizado para tal finalidade, pelo que <b>Dra Sônia Amaral fará a solicitação à Diretoria de</b>		



## ATA DE REUNIÃO

**Informática**, tendo em vista a manifestação no mesmo sentido da Diretoria Judiciária e da Assessoria de Comunicação, nesse caso, especificamente para a produção das matérias.

<b>Objetivo Estratégico 4</b>	<b>Atuar na prevenção de desvio de conduta, bem como no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, orientação e fiscalização dos gastos públicos.</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 4</b>	<b>Reduzir em 50% os casos de anormalidades na tramitação de processos administrativos</b>	<b>Controle Interno</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Sugestão de alteração da meta</b>	
<b>SUGESTÃO</b>		
<b>Garantir a aplicabilidade de XX% das recomendações da Diretoria de Controle Interno.</b>		
Dra Sônia Amaral comentou a necessidade de garantir a aplicação das recomendações da DCI, Jurema Mamede ressaltou que historicamente as recomendações são as mesmas e não são aplicadas. Informou que para o monitoramento da aplicação das recomendações, já em andamento a adoção de sistema do Pará, mesma indicação do CNJ. Jurema Mamede comentou que não tem como garantir a aplicação e informou que a Presidência é comunicada via relatório das recomendações feitas às unidades, pelo que Dra Sônia Amaral reforçou a indicação da nova meta <b>Garantir a aplicabilidade de XX% das recomendações da Diretoria de Controle Interno</b> , sendo condicionada ao aval do Presidente a partir das recomendações da DCI, para tal fim, <b>Dra Sônia Amaral conversará com o Presidente para decidir sobre a nova meta.</b>		

<b>Objetivo Estratégico 4</b>	<b>Atuar na prevenção de desvio de conduta, bem como no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, orientação e fiscalização dos gastos públicos.</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 4.1</b>	<b>Executar 100% do Plano Anual de Auditoria</b>	<b>Controle Interno</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Sugestão de inclusão de meta</b>	
<b>DECISÃO</b>		
Bianca Gouveia informa que a meta sugerida não constava no planejamento estratégico elaborado em 2015, pelo que foi submetida à apreciação na I RAE. A inclusão da meta foi aprovada.		

<b>Objetivo Estratégico 4</b>	<b>Atuar na prevenção de desvio de conduta, bem como no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, orientação e fiscalização dos gastos públicos.</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 5</b>	<b>Reduzir em 50% o número de casos novos relativos a processos administrativos disciplinares</b>	<b>Coordenadoria de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicância (TJ) / Coordenadoria de Reclamações e Processos Administrativos (CGJ)</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Sugestão de alteração de meta</b>	
<b>DECISÃO</b>		
Nova meta aprovada: <b>Concluir quantidade igual de processos administrativos disciplinares e sindicância distribuídos no ano corrente.</b> Dra Sônia Amaral destacou que a meta sugerida inicialmente era perigosa, levantou ainda a necessidade de uma triagem pela Coordenadoria de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicância, para que não permaneça o procedimento atual, em que todos os processos, alguns sem necessidade, são enviados à referida unidade para abertura de procedimento disciplinar.		

<b>Objetivo Estratégico 5</b>	<b>Propiciar maior agilidade nos trâmites dos processos judiciais.</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 6</b>	<b>Atingir 100% o número de processos eletrônicos em relação ao total de processos que são protocolizados.</b>	<b>Diretoria de Informática e Automação</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Ações previstas para junho 2016</b>	

<b>Objetivo Estratégico 5</b>	<b>Propiciar maior agilidade nos trâmites dos processos judiciais</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 7</b>	<b>Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. (CNJ - Meta 1)</b>	<b>CGJ</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Sem informação</b>	



## ATA DE REUNIÃO

<b>AÇÃO CORRETIVA</b>
<b>Orientar a CGJ na construção dos planos de ação.</b>

<b>Objetivo Estratégico 5</b>	<b>Propiciar maior agilidade nos trâmites dos processos judiciais</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 8</b>	<b>Identificar e julgar anualmente, 80% dos processos distribuídos até o quarto ano anterior no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até o terceiro ano anterior no 2º grau e, 100% dos processos distribuídos até o terceiro ano anterior nos Juizados Especiais e Turmas Recursais. (CNJ - Meta 2)</b>	<b>CGJ</b>
<b>Resultado</b>	<b>✓ Sem informação</b>	
<b>AÇÃO CORRETIVA</b>		
<b>Orientar a CGJ na construção dos planos de ação.</b>		

<b>Objetivo Estratégico 6</b>	<b>Fortalecer a adoção de soluções alternativas de conflito</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 9</b>	<b>Garantir a homologação de acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas.</b>	<b>Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos</b>
<b>Resultado</b>	<b>✓ Ações previstas para junho 2016</b>	

<b>Objetivo Estratégico 6</b>	<b>Fortalecer a adoção de soluções alternativas de conflito</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 10</b>	<b>Aumentar os casos resolvidos por conciliação em relação ao ano anterior e aumentar o número de CEJUSC.</b>	<b>Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos</b>
<b>Resultado</b>	<b>✓ Ações previstas para julho 2016</b>	
<p>Algumas ações levantadas por Dr. Alexandre Abreu de conciliação no âmbito externo: Câmara de Conciliação da OAB; PROCON; Conselho Regional de Corretores de Imóveis; Condomínios.</p>		

<b>Objetivo Estratégico 7</b>	<b>Priorizar o julgamento dos maiores litigantes e recursos repetitivos</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 11</b>	<b>Aumentar em 20% o IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas)</b>	<b>Coordenadoria do Conselho de Supervisão dos Juizados/CGJ e NURER</b>
<b>Resultado</b>	<b>✓ Em fase de elaboração do Projeto</b>	
<p>Dra Sônia Amaral levantou as dificuldades em relação à estrutura, secretaria judicial. Denyse Reis acrescentou a inexistência de classes processuais relacionadas ao IRDR, sendo prevista a incidência de novas ações, pelo novo CPC, informando que atualmente existem 5 (cinco) ações no âmbito do 2º grau. <b>Dra. Sônia Amaral agendará reunião para avaliação das ações implementadas do NURER.</b></p>		

<b>Objetivo Estratégico 8</b>	<b>Implementar melhorias na gestão das execuções fiscais.</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 12</b>	<b>Implantar em 100% das unidades judiciais, as ferramentas de efetividade das execuções fiscais e cíveis implantadas (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD E PROTESTO )</b>	<b>Diretoria de Informática e Automação</b>
<b>Resultado</b>	<b>✓ Ações previstas para dezembro de 2016</b>	
<p>Paulo Rocha levantou problemas relacionados com os dados do cadastro do SerasaJud, sendo sugerida por Dra Sônia Amaral a realização de reunião com o Instituto de Protesto, já que se tem conhecimento da utilização de sistema informatizado no referido Instituto.</p>		

<b>Objetivo Estratégico 8</b>	<b>Implementar melhorias na gestão das execuções fiscais.</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 13</b>	<b>Implantar 5 ações de melhoria da gestão das execuções fiscais e cíveis</b>	<b>Juízes Corregedores/CGJ</b>



## ATA DE REUNIÃO

<b>Resultado</b>	✓ Sem informação
<b>AÇÃO CORRETIVA</b>	
<b>Orientar a CGJ na construção dos planos de ação.</b>	
<b>Projeto Responsabilidade Fiscal e Cidadania em andamento/AGEM</b>	

<b>Objetivo Estratégico 9</b>	<b>Aprimorar a gestão da Justiça Criminal, conferindo maior eficiência e reduzindo a incidência de práticas de delitos.</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 14</b>	<b>Ampliar em 20% a abrangência do Projeto de Justiça Restaurativa</b>	<b>Juízes Corregedores/CGJ</b>
<b>Resultado</b>	✓ Sem informação	
<b>AÇÃO CORRETIVA</b>		
<b>Orientar a CGJ na construção dos planos de ação.</b>		

<b>Objetivo Estratégico 9</b>	<b>Aprimorar a gestão da Justiça Criminal, conferindo maior eficiência e reduzindo a incidência de práticas de delitos.</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 15</b>	<b>Aumentar em 20% as decisões que apliquem penas e medidas alternativas</b>	<b>Juízes Corregedores/CGJ</b>
<b>Resultado</b>	✓ Sem informação	
<b>AÇÃO CORRETIVA</b>		
<b>Orientar a CGJ na construção dos planos de ação.</b>		

<b>Objetivo Estratégico 10</b>	<b>Reduzir custos e riscos no deslocamento dos apenados</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 16</b>	<b>Implantar o sistema de videoconferência em todas unidades judiciais com competência criminal</b>	<b>AGEM / Diretoria de Informática e Automação</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Projeto Videoconferência em Audiências Criminais</b>	
<p>Dra Sônia Amaral ressaltou os benefícios dessa meta, dentre os quais, tem-se a redução de custos para o Executivo, condução de preso e para o Judiciário, a segurança, certeza da realização da audiência e celeridade processual. Dr Alexandre Abreu levantou a necessidade da pauta de audiência para que não se tenha coincidência de horário, tendo sido destacada a existência de cronograma e divulgação previstos no projeto.</p>		

<b>Objetivo Estratégico 11</b>	<b>Realizar a adequação e distribuição da força de trabalho no Poder Judiciário.</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 17</b>	<b>Garantir 100% de adequação da força de trabalho nas unidades administrativas e judiciais a partir de parâmetros objetivos, vinculados à demanda de processos, com garantia da estrutura mínima das unidades de trabalho</b>	<b>Diretoria de Recursos Humanos</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Em fase de adequação do plano à Resolução nº 219/2016 CNJ</b>	
<p>Dra Sônia Amaral destacou que a meta já constava no PE do TJMA antes da publicação da Resolução, estando agora em fase de adequação à Resolução. Rafael Arcangelo explicou que o plano foi dividido em partes como 1º e 2º Graus, entrância inicial, intermediária e final. Já realizadas as da entrância inicial e do 2º grau, sendo ressaltada a dificuldade nas entrâncias intermediária e final, no sentido de agrupar varas semelhantes e ainda discutir alguns pontos polêmicos. Dr Alexandre Abreu destacou as dificuldades relacionadas à inovação tecnológica, existência de processos físicos e virtuais, causada pela virtualização do processo. Dra Sonia Amaral ressaltou que com a redistribuição de pessoas, há uma tendência de mais servidores no 1º grau e, para ajudar na capacitação do servidor, foi lembrada a elaboração de pesquisa, perguntado o <b>status do lançamento da pesquisa (Graduação em Direito)</b>, Roberta Gomes informou que passou pra Mariana, <b>pelo que ficou pendente a verificação do status, sobre o interesse do servidor em cursar a graduação em Direito</b>, com mensalidade debitada em folha de pagamento. Dr Marcelo Farias acrescentou a necessidade de incentivar a iniciativa voluntária para estudantes, estagiários no interior do Estado, pelo que será realizado <b>levantamento junto a Divisão de Contratos e Convênios a existência de Termos de Cooperação nessa área</b>, bem como universidades contempladas.</p>		



## ATA DE REUNIÃO

<b>Objetivo Estratégico 12</b>	<b>Aprimorar a política de Gestão de Pessoas, garantindo o desenvolvimento de competências e a melhoria na qualidade de vida de servidores e magistrados.</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 18</b>	<b>Implantar 100% a política de Gestão por Competência no Poder Judiciário</b>	<b>Diretoria de Recursos Humanos</b>
<b>Resultado</b>	<b>✓ Palestra de sensibilização; Curso de formação</b>	

<b>Objetivo Estratégico 12</b>	<b>Aprimorar a política de Gestão de Pessoas, garantindo o desenvolvimento de competências e a melhoria na qualidade de vida de servidores e magistrados.</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 19</b>	<b>Implantar 100% da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário</b>	<b>Diretoria de Recursos Humanos</b>
<b>Resultado</b>	<b>✓ Em fase de adequação do plano</b>	

Dr. Julio Prazeres levantou a necessidade de alinhamento deste plano com a Presidência, no que se refere aos magistrados, sendo destacada que a adequação do plano refere-se a tais ajustes, para construção de forma integrada, fala de Dra Sônia Amaral.

<b>Objetivo Estratégico 13</b>	<b>Desenvolver a gestão dos materiais, visando a equidade na distribuição dos itens entre as unidades</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 20</b>	<b>Promover 10 ações que visem a adequação da distribuição de material segundo perfil definido para cada unidade administrativa e judicial</b>	<b>Diretoria de Recursos Humanos</b>
<b>Resultado</b>	<b>✓ Planejamento e entrega de materiais permanentes e estabelecimento de padrão de consumo iniciados</b>	

Dra Sônia Amaral destacou que após a falta de material, houve um consumo maior, com intuito de estoque nas próprias unidades, tendo uma distorção expressiva na quantidade consumida por unidade. Socorro Sousa informou da estratégia de atuação da Diretoria Administrativa, no sentido de realizar pesquisa de consumo médio e ainda a realização de novas licitações para atendimento.

<b>Objetivo Estratégico 14</b>	<b>Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 21</b>	<b>Executar 95% dos créditos orçamentários disponibilizados</b>	<b>Diretoria Financeira</b>
<b>Resultado</b>	<b>✓ Sem informação</b>	

Fernando Marques comprometeu-se em enviar no prazo de 40 dias os planos da Diretoria Financeira

<b>Objetivo Estratégico 14</b>	<b>Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 22</b>	<b>Garantir 70% de aderência das aquisições ao plano de contratações</b>	<b>Diretoria Financeira</b>
<b>Resultado</b>	<b>✓ Sem informação</b>	

Fernando Marques comprometeu-se em enviar no prazo de 40 dias os planos da Diretoria Financeira

<b>Objetivo Estratégico 14</b>	<b>Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 22</b>	<b>Garantir 60% de aderência às execuções dos créditos orçamentários disponibilizados</b>	<b>Diretoria Financeira</b>
<b>Resultado</b>	<b>✓ Sem informação</b>	

Fernando Marques comprometeu-se em enviar no prazo de 40 dias os planos da Diretoria Financeira

<b>Objetivo Estratégico 14</b>	<b>Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a</b>	<b>Responsável</b>
--------------------------------	---	--------------------



## ATA DE REUNIÃO

	<b>redução de despesas</b>	
<b>META 23</b>	<b>Reduzir em 100% o pagamento decorrente de obrigações contratuais em razão de atraso</b>	<b>Diretoria Financeira</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Sem informação</b>	
Fernando Marques comprometeu-se em enviar no prazo de 40 dias os planos da Diretoria Financeira		

<b>Objetivo Estratégico 14</b>	<b>Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 24</b>	<b>Reduzir em 100% o pagamento decorrente de obrigações contratuais em razão de atraso</b>	<b>Diretoria Financeira</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Sem informação</b>	
Fernando Marques comprometeu-se em enviar no prazo de 40 dias os planos da Diretoria Financeira		

<b>Objetivo Estratégico 14</b>	<b>Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 25</b>	<b>Reduzir em 30% a inscrição de notas de empenho em restos a pagar</b>	<b>Diretoria Financeira</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Sem informação</b>	
Fernando Marques comprometeu-se em enviar no prazo de 40 dias os planos da Diretoria Financeira		

<b>Objetivo Estratégico 14</b>	<b>Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 26</b>	<b>Diminuir o valor da despesa por processo baixado em relação ao ano anterior (CNJ – Meta específica)</b>	<b>Diretoria Administrativa/TJ e Coordenadoria Administrativa/CGJ</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Atuação junto aos contratos – Correios e terceirizados</b>	

<b>Objetivo Estratégico 15</b>	<b>Garantir a agilidade dos trâmites processuais administrativos e judiciais e a padronização das rotinas</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 27</b>	<b>Redesenhar os principais macroprocessos das unidades administrativas e judiciais de forma racional, elaborando os manuais de rotinas.</b>	<b>Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Portaria de mapeamento de rotinas – Chefia de Gabinete da Presidência e Diretoria Geral</b>	

<b>Objetivo Estratégico 16</b>	<b>Garantir o cumprimento dos normativos relacionados ao acesso à informação</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 28</b>	<b>Implantar 100% as diretrizes fixadas na Lei de Acesso à Informação e resoluções do CNJ</b>	<b>Diretoria Geral</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Estudo dos normativos e levantamento das adequações necessárias – aguardando aprovação do Comitê gestor do site</b>	

Alice Meira comentou que a informação encontra-se, no geral, disponível no site, entretanto sem a visibilidade exigida, a partir do levantamento realizado constata-se que há muitos pontos da Resolução atendidos, mas há oportunidade de melhoria, como melhor organização e redução da informação repetida. Roberta Gomes acrescentou que são muitas as solicitações para visibilidade no site. Alice Meira destacou o papel do Comitê Gestor do Portal do TJ MA e informou a realização de reuniões, para finalização do plano de ação, **estabelecido o prazo de 1 semana para envio do referido plano.**

<b>Objetivo Estratégico 17</b>	<b>Aperfeiçoar a comunicação no Poder Judiciário, através do aprimoramento dos canais internos e externos</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 29</b>	<b>Aumentar em 50% a participação do público interno em programas e eventos realizados pelo Poder</b>	<b>TJ e CGJ/ Assessoria de Comunicação</b>



## ATA DE REUNIÃO

	<b>Judiciário</b>	
<b>Resultado</b>	✓ <b>Em fase de adequação do plano – ferramenta de mensuração</b>	
Dra Sônia Amaral comentou que esta meta depende da ferramenta de monitoramento, sendo informado por Roberta Gomes a adequação do Tutor para esta finalidade, ainda em ajustes pela Diretoria de Informática, Paulo Rocha destacou que a partir de julho, terá condições de promover tais adequações.		

<b>Objetivo Estratégico 17</b>	<b>Aperfeiçoar a comunicação no Poder Judiciário, através do aprimoramento dos canais internos e externos</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 30</b>	<b>Aumentar em 30% o número de inserções de matérias positivas em mídias externas</b>	<b>TJ e CGJ/ Assessoria de Comunicação</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Ações planejadas</b>	

<b>Objetivo Estratégico 18</b>	<b>Aperfeiçoar a atuação de TIC, visando à melhoria dos processos internos e a entrega efetiva dos produtos e serviços</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 31</b>	<b>Implementar em 100% o PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação</b>	<b>Diretoria de Informática e Automação</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Ações previstas para dezembro de 2016</b>	
Paulo Rocha destacou que está em fase de elaboração do PETIC, revisão do PETIC 2010, informando o prazo de 02 meses para a finalização. Dr Julio Prazeres acrescentou a observância do prazo para envio ao CNJ.		

<b>Objetivo Estratégico 19</b>	<b>Aprimorar a estrutura física e a segurança institucional das unidades administrativas e judiciais</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 32</b>	<b>Garantir que 90% das unidades judiciais e administrativas atendam a todos aos requisitos de acessibilidade (ABNT NBR 9050 - Acessibilidade à Edificações, Mobiliário, Espaços Físicos e Equipamentos Urbanos e suas alterações (3ª Edição – 11/09/2015))</b>	<b>Diretoria de Engenharia</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Em fase de adequação do plano</b>	
Gisele Oliveira informou que 51% unidades atendem a esta meta, sendo necessário o ajuste do plano de obras e a inclusão de ação específica desta meta. Dra Sônia Amaral ressaltou a iniciativa do envio de questionário para levantamento de informações da unidade, respondido pelo juiz, pelo que Gisele Oliveira informou que se reunirá com Aline Mendonça na semana seguinte para tal fim. Gisele Oliveira destacou a dificuldade de concluir o plano de obras sem a informação de orçamento, ressaltou a necessidade de estabelecer critérios de prioridades via resolução. Dra Sônia Amaral levantou a preocupação de engessamento na decisão em relação as prioridades para o plano de obras. <b>Estabelecido o prazo de 40 dias para a entrega do plano de obras.</b>		

<b>Objetivo Estratégico 19</b>	<b>Aprimorar a estrutura física e a segurança institucional das unidades administrativas e judiciais</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 33</b>	<b>Executar 90% do Plano de Obras, conforme previsão orçamentária anual disponibilizada, de modo a permitir condições físicas adequadas aos magistrados, servidores e usuários</b>	<b>Diretoria de Engenharia</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Em fase de adequação do plano</b>	
Estabelecido o prazo de 40 dias para a entrega do plano de obras.		

<b>Objetivo Estratégico 19</b>	<b>Aprimorar a estrutura física e a segurança institucional das unidades administrativas e judiciais</b>	<b>Responsável</b>
<b>META 34</b>	<b>Reduzir em 80% o número de ocorrências relacionadas à segurança institucional</b>	<b>Diretoria de Segurança</b>
<b>Resultado</b>	✓ <b>Projeto Integrado de Segurança Eletrônica e Controle de Acesso</b>	



## ATA DE REUNIÃO

Claridelma Mesquita informou que o Governo do Estado enviou expediente para coletar informações sobre o recolhimento de armas, com o intuito de parceria.

### **6. Anexos**

Lista de presença assinada.